



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento de Araraquara e Região -
Sicredi Centro Norte SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP

Araraquara / SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Formação de novos Coordenadores de Núcleo, visando o aumento da participação da comunidade na Cooperativa, continuidade Programa União Faz a Vida na cidade de Américo Brasiliense SP e implementação do mesmo na cidade de Ibitinga SP, além da aplicação de oficinas e palestras de Educação Financeira em diversas empresas associadas da Cooperativa, com foco na Semana ENEF.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Implementação de Escritório de Negócios na cidade de Itápolis SP, sendo firmado parceria com a Associação Comercial da cidade. Efetivação de novos convênios de Crédito Consignado com Autarquias e Empresas Privadas, com foco nas cidades da nossa área de atuação, e ainda orientando e disponibilizando linhas de crédito alternativas para enfrentamento da crise COVID-19.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		281.565	197.554	PASSIVO		248.054	170.232
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	2.595	3.234	DEPÓSITOS	(Nota 12)	223.610	154.666
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		272.703	188.079	Depósitos à vista		71.237	37.375
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	5.490	4.095	Depósitos interfinanceiros		2.758	2.683
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	2.616	-	Depósitos a prazo		149.615	114.608
Centralização financeira	(Nota 04)	104.776	79.240	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.624	280
Operações de crédito	(Nota 07)	144.732	94.250	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	2.650	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	15.089	10.494	Obrigações por repasses	(Nota 14)	647	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(5.096)	(5.505)	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	327	280
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	2.507	2.815	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	21	11
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	4.401	4.401	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	20.799	15.275
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	3.574	3.603				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	881	927	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	33.511	27.322
				CAPITAL SOCIAL		20.475	17.574
				RESERVAS DE SOBRAS		12.080	8.733
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		956	1.015
TOTAL DO ATIVO		281.565	197.554	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		281.565	197.554

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

Descrição das contas		01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		11.429	22.694	21.738
Operações de crédito	(Nota 07)	11.377	22.569	21.703
Resultado títulos e valores mobiliários		52	125	35
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(2.454)	(6.085)	(10.150)
Operações de captação no mercado		(1.434)	(3.392)	(6.377)
Operações de empréstimos e repasses		(34)	(38)	(22)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(986)	(2.655)	(3.751)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		8.975	16.609	11.588
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.026)	(9.814)	(6.564)
Ingressos e receitas de prestação de serviços		3.681	6.595	4.765
Rendas de tarifas bancárias		1.670	3.233	2.845
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(5.347)	(10.307)	(9.292)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(4.211)	(8.084)	(7.140)
Dispêndios e despesas tributárias		(51)	(141)	(226)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	1.764	3.460	6.410
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(2.532)	(4.570)	(3.926)
RESULTADO OPERACIONAL		3.949	6.795	5.024
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		216	224	208
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		4.165	7.019	5.232
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		126	(4)	(19)
Provisão para Imposto de Renda		87	(4)	(18)
Provisão para Contribuição Social		39	-	(1)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(895)	(1.716)	(1.789)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		3.396	5.299	3.424

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	14.823	7.464	1.272	23.559
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.201	-	(1.201)	-
Outras destinações	-	-	(71)	(71)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.358	-	-	1.358
Baixas de capital	(680)	-	-	(680)
Resultado do período	-	-	3.424	3.424
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(254)	(254)
Juros sobre o capital próprio	872	-	(886)	(14)
Reserva legal - Estatutária	-	1.269	(1.269)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	17.574	8.733	1.015	27.322
Mutações do Período	2.751	1.269	(257)	3.763
Saldos no início do período em 01/01/2020	17.574	8.733	1.015	27.322
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.008	-	(1.008)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.140	-	-	2.140
Baixas de capital	(757)	-	-	(757)
Resultado do período	-	-	5.299	5.299
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(478)	(478)
Juros sobre o capital próprio	510	-	(518)	(8)
Reserva legal - Estatutária	-	3.347	(3.347)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	20.475	12.080	956	33.511
Mutações do Período	2.901	3.347	(59)	6.189
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	19.432	8.733	1.903	30.068
Capital de associados				
Aumento de capital	953	-	-	953
Baixas de capital	(423)	-	-	(423)
Resultado do período	-	-	3.396	3.396
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(478)	(478)
Juros sobre o capital próprio	513	-	(518)	(5)
Reserva legal - Estatutária	-	3.347	(3.347)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	20.475	12.080	956	33.511
Mutações do Período	1.043	3.347	(947)	3.443

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	3.003	5.344	5.949
Resultado do semestre/exercício	3.396	5.299	3.424
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(393)	45	2.525
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(434)	(409)	1.888
Depreciação e amortização	490	904	802
Baixas do ativo permanente	19	18	88
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	10	10	1
Destinações ao FATES	(478)	(478)	(254)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.985)	19.032	(17.089)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.656)	(1.395)	(4.095)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.617)	(2.616)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.247	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(41.477)	(50.482)	(26.219)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(917)	2.650	(1)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.026)	(4.595)	(3.255)
(Aumento) Redução em outros ativos	157	308	(169)
Aumento em depósitos	42.720	68.944	14.268
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(103)	47	11
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	15	647	(1.450)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(25)	(178)	(191)
Aumento em outros passivos	6.697	5.702	4.012
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.018	24.376	(11.140)
Aquisição de investimentos	-	-	(1.319)
Aquisição de imobilizado de uso	(243)	(603)	(1.304)
Aplicações no intangível	(139)	(244)	(150)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(382)	(847)	(2.773)
Integralização de capital	953	2.140	1.358
Baixa de capital	(423)	(757)	(680)
Juros ao capital próprio	(5)	(8)	(14)
Distribuição de Sobras	-	(7)	(71)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	525	1.368	593
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.161	24.897	(13.320)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	106.210	82.474	95.794
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	107.371	107.371	82.474

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP
CNPJ/MF nº 73.113.243/0001-00

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	3.396	5.299	3.424
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	3.396	5.299	3.424

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Araraquara e Região - Sicredi Centro Norte SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 03/01/1994 e sede situada na Avenida José Bonifácio, 884, na cidade de Araraquara - São Paulo. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 5 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.595	3.234
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	104.776	79.240
Total	107.371	82.474

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.514	2.976	5.490	4.095	
Total	-	2.514	2.976	5.490	4.095	
Total circulante				2.514	-	
Total não circulante				2.976	4.095	

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - outros	-	2.634	-	2.634	-	
(-) Provisão de desvalorização	-	(18)	-	(18)	-	
Total	-	2.616	-	2.616	-	
Total circulante				2.616	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	1.171	20.058	31.145	66.916	119.290	76.703
Financiamentos	16	2.730	7.405	15.291	25.442	17.547
Total das operações de crédito	1.187	22.788	38.550	82.207	144.732	94.250
Avaís e fianças honrados	1	-	-	-	1	-
Títulos e créditos a receber	-	10.679	3.724	11	14.414	10.110
Total de outros créditos	1	10.679	3.724	11	14.415	10.110
Carteira total	1.188	33.467	42.274	82.218	159.147	104.360
Total circulante					76.929	59.628
Total não circulante					82.218	44.732

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Mínimo	% Adicional	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
			31/12/2020	31/12/2019	Mínimo 31/12/2020	Adicional 31/12/2020	31/12/2019
AA	-	-	5.759	-	-	-	-
A	0,50	0,00	79.427	38.963	395	-	195
B	1,00	0,10	43.807	34.994	434	43	348
C	3,00	0,50	19.797	19.451	593	98	584
D	10,00	0,00	5.542	5.336	554	-	534
E	30,00	0,00	2.113	1.684	634	-	505
F	50,00	0,00	358	507	179	-	254
G	70,00	0,00	594	1.132	416	-	792
H	100,00	0,00	1.750	2.293	1.750	-	2.293
Total			159.147	104.360	4.955	141	5.505

Respeitando o princípio da prudência, a Cooperativa adotou a partir de 2020 percentuais de provisão superiores àqueles definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados. Considera-se um cenário que ainda traz algumas incertezas e desafios, tanto em nível macro, quanto em nível regional, onde se tem uma grande dependência da economia em relação ao setor de prestação de serviços (fortemente impactado pelo agravamento da Pandemia Covid-19). A provisão adicional foi aplicada aos níveis de risco B e C, para uma maior abrangência em termos de quantidade de operações e um impacto mais uniforme em relação a carteira das agências.■

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 5.289 (dezembro de 2019 - R\$ 337) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 56 (dezembro de 2019 - R\$ 2) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	751	15.173	16.253	26.234	58.411	44.028
Industrial	9	349	526	2.378	3.262	419
Comércio	212	9.380	11.727	25.820	47.139	29.220
Outros serviços	216	8.565	13.768	27.786	50.335	30.693
Total	1.188	33.467	42.274	82.218	159.147	104.360
Total circulante					76.929	59.628
Total não circulante					82.218	44.732

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	20.361	12,79	13.312	12,76
50 devedores seguintes	39.587	24,87	25.824	24,74
100 devedores seguintes	27.422	17,23	17.779	17,04
Demais	71.777	45,11	47.445	45,46
Total	159.147	100,00	104.360	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.505	3.617
Constituição de provisão	6.385	6.393
Reversão de provisão	(3.730)	(2.642)
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.064)	(1.863)
Saldo final	5.096	5.505

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	9.684	19.434	19.053
Financiamentos	1.365	2.709	2.177
Subtotal	11.049	22.143	21.230
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	328	426	473
Total	11.377	22.569	21.703

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.372 (2019 - R\$ 3.905).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	14.414	10.110
Rendas a receber	276	215
Avalis e fianças honrados (Nota 07)	1	-
Operações com cartões	386	157
Devedores por depósitos em garantia	12	12
Total	15.089	10.494
Total circulante	15.066	10.475
Total não circulante	23	19

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.760	2.077
Adiantamentos e antecipações salariais	225	285
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1	4
Adiantamentos para Confederação Sicredi	164	173
Impostos e contribuições a compensar	95	126
Pendências a regularizar	82	11
Outros	180	139
Total	2.507	2.815
Total circulante	2.183	2.218
Total não circulante	324	597

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	1.129	1.129
Imóveis	1.129	1.129
Despesas antecipadas	307	351
Total circulante	1.436	1.480
Despesas antecipadas	324	597
Total não circulante	324	597

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.252	3.252
Sicredi Participações S.A.	1.148	1.148
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	4.401	4.401

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	372.204 ON	372.204 ON	1	1	3.251.791	3.251.791
	776.360 PN	776.360 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,10%	0,11%	0,62%	0,62%	1,02%	1,03%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	1.148	1.148	1	1	3.252	3.252

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	6.535	(2.961)	3.574	3.603
Imobilizações em curso	-	-	-	-	485
Terrenos	-	60	-	60	60
Edificações	4%	1.424	(702)	722	691
Instalações	10%	401	(91)	310	213
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	908	(532)	376	361
Móveis e equipamentos	10%	1.481	(482)	999	879
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	394	(89)	305	210
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.702	(952)	750	619
Veículos	20%	165	(113)	52	85
Intangível		2.208	(1.327)	881	927
Investimentos Confederação		2.197	(1.322)	875	920
Outros ativos intangíveis		11	(5)	6	7

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	71.237	-	-	71.237	37.375
Depósitos interfinanceiros	2.758	-	-	2.758	2.683
Depósitos a prazo	4.267	6.382	138.966	149.615	114.608
Total	78.262	6.382	138.966	223.610	154.666
Total circulante				84.644	50.921
Total não circulante				138.966	103.745

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	2.650	-
Total	2.650	-

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	1.391	1.391	-
Total - Recursos do Crédito Rural	-	-	1.391	1.391	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9	-	1.250	1.259	-
Total - Outros Recursos	9	-	1.250	1.259	-
Total circulante				9	-
Total não circulante				2.641	-

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos advindos do compulsório da poupança que operam com uma taxa de 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023, sendo os recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A..

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A..

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	62	195	390	647	-
Total	62	195	390	647	-
Total circulante				257	-
Total não circulante				390	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 26/10/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	56	2
Recursos em trânsito de terceiros	271	278
Total circulante	327	280

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	10	10
Cível	Provável	11	1
Total não circulante		21	11

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	10	-	-	10
Cível	1	10	-	11
Total não circulante	11	10	-	21

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 96 (dezembro de 2019 - R\$ 0).

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	14.519	10.099
Provisão para pagamentos a efetuar	936	842
Cotas de capital a pagar	1.023	712
Provisão para participações nos lucros	2.333	2.038
Fundo de assistência técnica, educacional e social	554	254
Impostos e contribuições a recolher	343	353
Credores diversos	936	938
Cheques administrativos	150	-
Cobrança e arrecadação de tributos	-	21
Pendências a regularizar	5	18
Total Circulante	20.799	15.275

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	20.475	17.574
Total de associados	12.816	10.597

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 2.901 (2019 – R\$2.751), sendo R\$ 1.518 (2019 – R\$ 2.073) via integralização de resultados e R\$ 2.140 (2019 – R\$ 1.358), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 757 (2019 – R\$ 680).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,74% em Conta Capital, no montante de R\$ 518, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 208 (R\$ 285 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7.019	5.232
Participação nas sobras	(1.716)	(1.789)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	5.303	3.443
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.121)	(1.033)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	1.968	747
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	207	354
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(58)	(87)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4)	(19)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.490	4.095
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.616	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	104.776	79.240
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	200	145
Outros ativos (Nota 09)	164	238
Investimentos (Nota 10)	4.401	4.401
Intangível (Nota 11)	875	920
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	2.758	2.683
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	2.650	-
Outros passivos (Nota 17)	13.719	9.960
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	125	35
Ingressos e receitas de prestação de serviços	630	705
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	2.360	5.496
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	208	285
Despesas		
Operações de captação no mercado	74	64
Operações de empréstimos e repasses	24	22
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	535	724
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	2.371	2.525

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	-	0,00%	27
Depósitos a prazo	776	0,52%	1.062
Operações de crédito	607	0,42%	204

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.130	3.049

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	3.093	6.012	5.201
Benefícios	1.044	1.977	1.714
Encargos sociais	1.194	2.293	2.117
Treinamentos	16	25	260
Total	5.347	10.307	9.292

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	58	122	101
Aluguéis	525	1.059	955
Comunicação	184	368	402
Manutenção e conservação	250	517	505
Material de expediente	54	98	115
Processamento dados	195	333	223
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	362	793	754
Serviços do sistema financeiro	408	782	716
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	980	1.518	662
Serviços de vigilância e segurança	222	487	427
Serviços de transportes	212	449	469
Depreciação	324	616	573
Amortização (Rateio Confederação)	166	288	229
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	25	178	276
Outras despesas administrativas	246	476	733
Total	4.211	8.084	7.140

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	25	178	191
Recuperação de encargos e despesas	60	169	221
Ingressos depósitos intercooperativos	1.009	2.256	5.402
Reversão de provisões operacionais	256	370	469
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	11	11	4
Reversão de provisões para passivos contingentes	-	-	12
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	277	277	-
Outras rendas operacionais	126	199	111
Total	1.764	3.460	6.410

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	283	433	241
Contribuições Cooperativistas	24	48	40
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	21	151	312
Contribuição Confederação Sicredi	1.062	1.987	1.916
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	161	325	361
Encargos da administração financeira	-	1	29
Repasso Administradora de Cartões	-	38	92
Provisões para garantias financeiras prestadas	44	65	4
Provisões para passivos contingentes	10	10	13
Outras provisões operacionais	155	291	266
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	717	1.084	515
Outras despesas operacionais	55	137	137
Total	2.532	4.570	3.926

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	3.396	5.299	3.424
Eventos não recorrentes	(208)	(208)	(285)
Resultado recorrente	3.188	5.091	3.139

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	5.289	337
Total	5.289	337

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Relatórios periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	32.630	25.247
Nível I (NI)	32.630	25.247
Capital principal - CP	32.630	25.247
Capital social	20.475	17.574
Reservas de capital	12.080	8.733
Lucros acumulados	956	1.015
Ajustes Prudenciais	(881)	(2.075)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	187.110	149.874
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	826	-
Margem de Capital	14.497	7.263
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,44%	16,85%
Situação de Imobilização (Imob)	3.575	3.603
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,95%	14,27%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Elenir Do Carmo Escoqui Laurini
Diretora Executiva
CPF: 042.920.728-09

Ednaldo Laureano
Diretor de Operações
CPF: 137.527.578-09

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20